



CAMINHOS PROFISSIONAIS E RESISTÊNCIAS QUE BROTAM DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Katia Iris Marro*

<https://orcid.org/0000-0001-8644-8508>

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as formas pelas quais as lutas das classes subalternas interpelam e desafiam o Serviço Social, entendendo que esta relação é condição para disputar o significado e a direção social da nossa intervenção profissional. Trata-se de um desafio fundamental, se reconhecemos a prevalência de demandas institucionais orientadas ao apaziguamento dos conflitos de classe e das resistências dos de *baixo*, que se correspondem com estratégias de enfrentamento da “questão social” em chave de contrainsurgência. Ou seja, prevalecem na região políticas sociais que “combinam” e se complementam com um padrão de acumulação baseado na exportação de mercadorias do complexo agroindustrial, sendo funcionais ou até reprodutoras de processos de expropriação de territórios, de empobrecimento, fome e violência. São estas tendências históricas que estão na base de boa parte das demandas profissionais, as quais requerem ser tensionadas e disputadas a partir dos horizontes que abrem as lutas sociais de movimentos indígenas, feministas, de trabalhadores sem terra e urbanos, e demais movimentos populares.

PALAVRAS-CHAVE

Lutas sociais. Contra-insurgência. Demandas profissionais. Classes subalternas.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the ways in which the struggles of the subaltern classes challenge and challenge the Social Service, understanding that this relationship is a condition to dispute the meaning and social direction of our professional intervention. This is a fundamental challenge, if we recognize the prevalence of institutional demands oriented to the appeasement of class conflicts and resistances of the subalterns, that correspond with strategies to face the social question in the counterinsurgency key. That is, social policies prevail in the region that “combine” and complement each other with a pattern of accumulation based on the export of goods of the agroindustrial complex, are functional or even reproducing processes of expropriation of territories.

KEYWORDS

Social struggles. Counterinsurgency. Professional demands. Subaltern classes.

Submetido em: 30/8/2019.

Aceito em: 28/4/2020.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada II do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus Universitário Rio das Ostras. (UFF, Rio das Ostras, Brasil). Rua Recife s/n, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras (RJ), CEP.: 28895-532. E-mail: katiamarro@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n39p177-190

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

Não é um exercício simples refletir sobre a forma como as lutas sociais podem interpelar e desafiar o Serviço Social no difícil tempo presente do Brasil. O governo Bolsonaro é expressão da profunda crise civilizatória que atravessamos ao acelerar a depredação social, econômica e ambiental a níveis e ritmos assustadores para a região latino-americana. Este cenário também se alastra sobre uma intensa polarização social de difícil resolução: para além da aparente *paz dos cemitérios* que nos assola frente a uma avalanche de contrarreformas que destroem décadas de conquistas históricas, é importante analisar também que o avanço das forças reacionárias e conservadoras é uma resposta ao avanço inorgânico ou à ameaça representada pelas lutas das classes subalternas das últimas décadas da região. E é por esse motivo que propomos analisar o Brasil no contexto da América Latina, mapeando lutas e conflitos que brotam das contradições provocadas pelo padrão primário exportador.

Quando o presente sugere uma conjuntura difícil de decifrar, um momento onde as “[...] forças em luta se equilibram de modo catastrófico [...]” (GRAMSCI, 2000b, p. 76) e portanto, “[...] situações de difícil exercício da função hegemônica [...]” (GRAMSCI, 2000b, p. 95), talvez seja importante tentar reconstruir algumas pistas através dos germens potenciais de contestação e resistência das classes subalternas.

Partimos do pressuposto de que as lutas e rebeliões que caracterizam a região latino-americana das últimas décadas são uma referência analítica central, seja para elucidar sua relação com as expressões da "questão social" permeadas de resistência, seja para problematizar sua ligação com as estratégias de enfrentamento em chave de contra-insurgência, mobilizadas por governos e organismos internacionais para atender às atuais necessidades do padrão primário-exportador.

Nesse sentido, afirmamos que tanto as expressões da "questão social", como o perfil da política social que prevalece na região, são também resultado de uma dinâmica de acumulação baseada na extração e exploração de recursos naturais em grande escala, orientada para a exportação de bens do complexo agroindustrial, ditado pelo mercado internacional e endossado por esses organismos: enquanto essas expressões da "questão social" são conseqüências diretas dessa dinâmica – porque agrava o desemprego e a exploração do trabalho; a desigualdade; a concentração da terra e o empobrecimento maciço das maiorias sociais – prevalecem políticas sociais que, ora não conseguem enfrentar o desastre social em curso, ora operam como incentivos para os processos de expropriação dos territórios indígenas, camponeses e populares.

Uma das nossas hipóteses de trabalho é de que a prevalência de demandas institucionais para os Assistentes Sociais que se voltam para o apaziguamento dos conflitos de classes, se disputam nesta relação – nem sempre visível ou direta – entre os processos de resistência e luta popular e um conjunto de manifestações da "questão social" que se multiplica no contexto do modelo extrativista.

RESISTÊNCIAS QUE BROTAM DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

América Latina tem sido nas últimas décadas, uma das regiões mais conflituosas do planeta. Desde meados dos anos '90 – e contrastando com a forte redução das taxas de sindicalização, das greves e da gravitação de movimento operário clássico que se observava desde a década

anterior – a região tornou-se palco de uma série de rebeliões populares que ameaçaram a *paz social* e anunciaram o protagonismo de diferentes sujeitos de antagonismo de classes. Entre os anos '90 e 2000, intensas revoltas de massas irromperam em países como Argentina, Equador, México, Bolívia, Paraguai, Chile, Venezuela, observando-se essa metamorfose de sujeitos que transbordam amplamente as tensões clássicas do mundo do trabalho: indígenas, camponeses, desempregados, vão crescer em proporção direta à desestruturação provocada pelas políticas neoliberais e seus mecanismos de desorganização da classe.

Trata-se de um ciclo de heterogêneas lutas sociais e populares que seriam responsáveis por enfrentar esta primeira fase da ofensiva neoliberal, chegando a provocar, na entrada dos anos 2000, intensas crises de hegemonia em alguns países da região. Apesar de heterogêneas, essas lutas modificariam as relações de força em alguns países, ampliariam as condições para a obtenção de conquistas populares, e até limitariam a ofensiva do grande capital em alguns contextos (KATZ, 2016), assim como definiriam o cenário de polarização social que caracterizaria a região. A ascensão de governos críticos do receituário neoliberal em vários países a partir da década entrante, está intimamente relacionada com este cenário de mobilização de massas.

O novo episódio de crise capitalista que eclode em 2008 – e explicaria levantes em escala global, em países como Portugal, Espanha, Grécia, ou as revoltas no mundo árabe (ANTUNES ; BRAGA, 2014) – levará a um novo aprofundamento das políticas imperiais para América Latina, assistindo-se a uma reorientação dos fluxos de capital para as commodities agrícolas e matérias primas em geral, que estarão em alta no mercado internacional. Nos próximos anos, assistiríamos a um novo ciclo de ofensiva neoliberal que se expressa numa intensa apropriação dos bens comuns da natureza: o controle sobre a produção de energia, petróleo, minerais, água, terra, biodiversidade e o ar, proporcionam benefícios extraordinários para o investimento do capital¹.

É aqui uma das principais contradições deste período: assistiremos à ascensão de governos críticos do receituário neoliberal – ainda que com importantes diferenças nos exemplos de Argentina, Uruguai ou Brasil, as quais não poderíamos abordar aqui² –, que não conseguirão enfrentar ou até aprofundarão suas economias baseadas em um padrão de produção primário-exportador, com primazia da agromineradora, o extrativismo, a indústria montadora e os serviços transnacionais³, usando a *abundância* temporária do mercado de commodities para expandir políticas de distribuição de renda e melhoria relativa das condições de vida da classe trabalhadora que não necessariamente representam uma redistribuição social real (BEHRING,

¹ Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), esta é a região mais desigual do mundo em termos de distribuição de terra (e renda), onde 1% das maiores fazendas concentram mais da metade da área agrícola e 80% das fazendas menores ocupam menos de 13% da terra (GUEREÑA, 2016). Neste contexto de máxima produtividade da agricultura mundial, assistiremos ao crescimento da fome e da desigualdade social porque a comida é escassa ou inacessível para os parcos salários - lembre-se que entre 2005 e 2008, o preço médio mundial dos alimentos aumentou 85% (COGGIOLA, 2009). O acesso à água é outra dimensão da crise alimentar, porque se propiza a produção de agrocombustíveis que consomem água em excesso, em detrimento da produção de alimentos. Ver também INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL (2019).

² Inclusive Venezuela, que, a exceção de Cuba, é dos governos da região que mais rupturas e transformações sociais provocou a partir da sua revolução bolivariana e da sua tentativa de controle da renda petroleira, também tem enfrentado enormes dificuldades para romper com o modelo extrativista. Cf. Seoane (2016).

³ Boa parte das economias dos países latino-americanos está baseada em atividades extrativistas que incluem a exploração de recursos não renováveis – minerais e hidrocarbonetos – bem como recursos renováveis, através da produção agrícola, pecuária e florestal em larga escala ou da geração hidrelétrica. São atividades que geralmente possuem processamento mínimo e baixo valor agregado, produzidas para atender a demanda internacional por alimentos, matérias-primas e energia (GUEREÑA, 2016; KATZ, 2016).

2012; 2016) nem são acompanhados de processos de politização ou de construção de consciência em torno dos direitos⁴.

Tal como aponta Seoane (2016), sendo o modelo extrativista exportador o motor do crescimento da economia regional entre 2003 e 2007, de forma contraditória e ao calor da intensa polarização social que se produz nesse contexto, as frações econômicas dominantes dessas atividades se verão fortalecidas, e nos próximos cenários de crise demandarão a *devolução* ou o exercício exclusivo do poder governamental. É assim que, sobretudo a partir de 2012, associado à desaceleração econômica que resulta da queda do preço internacional das commodities, aumentam as tensões e a instabilidade política que levarão à crise ou derrota destes governos: a reação não demoraria em aparecer, na forma de massacres, assassinatos de líderes e militantes sociais; ou até de forma mais orquestrada pelo conjunto das classes dominantes, por meio de tentativas ou eficazes *golpes parlamentares institucionais* na Venezuela, Equador, Honduras, Haiti, Paraguai e Brasil. O avanço de candidaturas ou forças sociais de direita na Argentina em 2015 e de extrema direita no Brasil em 2019, ou as recentes ameaças de intervenção militar na Venezuela, devem ser compreendidos neste jogo de forças.

É assim que, em proporção direta ao avanço da agro-mineração e da indústria extrativista, assistimos a um novo ciclo – heterogêneo, fragmentado e às vezes convergente – de conflitos sociais de proporções regionais que encontram, sobretudo, mulheres, indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos precarizados, travando lutas defensivas e de resistência (SEOANE, 2016). Não há dúvidas de que estamos diante de um cenário altamente conflitivo; seja porque a fome pode se tornar uma *ameaça à estabilidade política*, seja porque os povos indígenas e camponeses são expulsos de suas terras, para expandir o cultivo de soja, palma ou cana-de-açúcar, construir uma represa ou explorar uma mina. Hoje na América Latina, 1 em cada 3 hectares concedidos para a exploração mineira, petroleira, agroindustrial ou florestal pertencem a povos indígenas (GUEREÑA, 2016).

O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL EM CHAVE DE CONTRA-INSURGÊNCIA

Feita esta rápida reconstrução dos ciclos de contestação e resistência contra as políticas neoliberais, buscaremos estabelecer relações com um conjunto de demandas institucionais voltadas para o apaziguamento dos conflitos de classes, que correspondem a estratégias de enfrentamento da "questão social" em chave de contra-insurgência, para atender às necessidades do padrão primário-exportador.

Na contramão desses mandatos, nos interessa destacar a relação – nem sempre visível ou direta – entre estes processos de resistência e luta popular, e um conjunto de manifestações da "questão social" que se multiplicam no contexto do modelo extrativista, estando inclusive na base de configuração de boa parte das demandas profissionais contemporâneas do Serviço Social: o desemprego denunciado pelos Movimentos de Trabalhadores Desempregados na Argentina dos anos 2000; o feminicídio que tira a vida de tantas mulheres na fronteira Mexicana onde avançam as *maquilas*; o *deslocamento forçado* enfrentado por movimentos indígenas na

⁴Trata-se de um modelo que inicialmente se distancia do neoliberalismo, sem incluir medidas necessárias para proceder a uma real redistribuição de renda e a uma mudança na matriz produtiva. As crises econômicas e políticas em curso nos mostram que não se trata apenas de disputar uma parte da renda agrária ou petrolífera, mas de alterar e quebrar esse padrão agroexportador que implica limites estruturais para o desenvolvimento pela sua própria equação: endividamento e dependência externa; destruição ambiental; super-exploração da força de trabalho; desigualdade social extrema, apenas para citar alguns obstáculos (KATZ, 2016).

Colômbia, no México ou no Chile que cresce em proporção direta à mercantilização da terra e a militarização social; o envenenamento e a poluição de rios e terras resistidos por vários movimentos camponeses no Paraguai, no Brasil, em Honduras; o déficit habitacional padecido por movimentos sem-teto, conforma o grande leque das *desconfortáveis* expressões da desigualdade social que aparecem diariamente *silenciados* ou *camuflados* nas suas determinações mais conflitivas (e coletivas) e se apresentam como *demandas individuais* de acesso a políticas de habitação, de assistência, de saúde, educação e direitos humanos, entre outras.

Por que falamos em estratégias de contra-insurgência?

Trabalhamos com a hipótese de que as políticas sociais que prevalecem na região latino-americana, propostas e financiadas desde o final da década de 1960 por organizações como o BM, voltadas à *luta contra a pobreza*, se articulam às estratégias de contra-insurgência que buscam perpetuar a dominação imperialista – liderança econômica e domínio militar – dos Estados Unidos em nossos países⁵.

Segundo Pereira (2010, p. 261):

O reconhecimento do fracasso da via predominantemente militar seguida pelos EUA no Vietnã reforçou a idéia de que a ‘segurança’ dos Estados Unidos dependia não apenas de armas, mas também da preservação da ordem política, a ser obtida, pensava-se, por meio de crescimento econômico, melhoria dos indicadores sociais básicos e redução da desigualdade socioeconômica (PEREIRA, 2010, p. 261).

Desde finais da década de 1960, as formulações de McNamara na presidência do Banco Mundial seriam responsáveis por alertar sobre os riscos da "instabilidade política", causados pelo crescimento da pobreza. Vale a pena ressaltar as prioridades dos empréstimos para a África e a América Latina, que já apareciam neste período: a) Na perspectiva da redução da pobreza, a agricultura deveria ser priorizada, e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) ensaiaria suas intervenções *pioneiras* ligadas às necessidades de valorização das grandes corporações do setor e às exigências políticas da Guerra Fria para promover a *revolução verde* como prevenção contra a *revolução vermelha* (aquisição de pacotes tecnológicos com agrotóxicos, sementes modificadas geneticamente, maquinaria). b) Observam-se algumas áreas sociais que se destacam, como educação, abastecimento de água potável, saneamento básico, nutrição, atenção primária à saúde, moradia urbana (com a suposta urbanização de bairros populares) e planejamento familiar, c) Finalmente, outra ideia-chave seria centrada no *aumento da chamada capacidade produtiva e os rendimentos dos pobres* através de um artifício que esconde a funcionalidade da pobreza para a acumulação capitalista e camufla sua relação com os níveis salariais, as políticas de emprego, o grau de exploração da força de trabalho (PEREIRA 2010).

⁵ A ideia da afirmação de um componente de contra-insurgência na política social recolhe de forma crítica a leitura que vários movimentos de desempregados argentinos construíram em relação ao significado político dos programas de assistência social característicos da década de 1990. Também dialogamos com um conjunto de trabalhos diversos que têm observado tendências similares nas estratégias de enfrentamento da “questão social” na região da América Latina. Cf. Ceceña (2004 e 2007); Zibechi (2006 e 2010); Pereira (2010); Castelo (2010 e 2014); Almeida (2016); Bezerra (2016); Marro (2009).

Entretanto, é com a crise estrutural do capital que se manifesta a partir da década de 1970 e com a ameaça de contestação da supremacia imperial dos Estados Unidos, que se intensifica a preocupação dos organismos internacionais de financiamento com os rumos políticos e econômicos dos países dependentes. Nas próximas décadas, o receituário do Consenso de Washington obedeceria à necessidade de reorganização econômica e espacial do capital em busca de novos terrenos de acumulação que lhe permitissem superar sua crise. A liberalização da economia e a desregulamentação do comércio, das finanças e da produção teriam como objetivo a abertura ao comércio internacional e ao investimento estrangeiro. É no contexto destas estratégias de *resolução* da crise do capital que os países da América Latina iriam se delineando como fornecedores de matérias-primas e força de trabalho barata: propostas como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), se constituem como parte das estratégias de reorganização territorial, que garantem o acesso a recursos naturais, por meio do monopólio econômico e o controle militar real ou potencial, estendendo inclusive a presença norte-americana pelas bases militares que cercam a região.

Ao observar a implementação das ortodoxas agendas neoliberais na grande maioria dos governos latino-americanos durante os anos 90, veremos que a falta de investimento público em políticas sociais; o ajuste fiscal; a privatização dos bens e serviços públicos, seriam medidas tendentes a garantir um superávit fiscal permanente para o pagamento da dívida externa, imposta de forma ilegítima por esses organismos, inclusive sob genocidas governos ditatoriais.

Por outro lado, muitos analistas coincidem ao apontar uma readequação da estratégia mais ortodoxa de ajuste estrutural do BM, sobretudo desde meados da década de 1990, frente à preocupação pela instabilidade política provocada por medidas antipopulares que dispararam a fome, o desemprego e a desigualdade social em proporções inéditas. É nesse contexto que a ideia de *combate à pobreza* retorna fortemente, associada à *governabilidade* dos programas de ajuste estrutural promovidos pelo Banco Mundial em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

É à luz das rebeliões populares que surgem a partir de meados da década de 90 em países como Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela, que o enfrentamento da pobreza *como uma questão de segurança* ganha novas proporções e delineia a política social como parte de um conjunto de mecanismos de contra-insurgência. De acordo com Ceceña (2004; 2007; 2014), a militarização das relações sociais se explica pela premissa de produzir uma *dominação de espectro completo* que engloba um conjunto de iniciativas que não se restringem a situações de guerra aberta e incluem ações de contra-insurgência muito diversificadas, entre as quais se destacam: a presença maciça de bases militares em regiões estratégicas; o controle de fronteiras; a criação de bancos de dados com informações pessoais para fins de inteligência; a introdução de novas funções nas polícias destinadas à segurança interna; mudanças na legislação (por exemplo, a disseminação de leis antiterroristas para enfrentar as lutas dos movimentos sociais, presentes na agenda política de países como Chile, Paraguai, Argentina e Brasil, entre outros). De acordo com esta intelectual, se trata de estratégias que operam como a ideia de um *inimigo difuso e relativamente invisível*, que poderia ser identificados com um grupo de mulheres e crianças que se rebelam contra uma barragem, ou um protesto urbano de massas contra o preço de transporte, exigindo um controle que engloba diferentes pontos de observação e gestão deste *inimigo*.

Dessa forma, não apenas a instalação de bases e forças militares teriam o objetivo de evitar ou conter possíveis processos de insurgência na região: daí que as políticas sociais centradas no

combate à pobreza também sejam consideradas por nós como parte das ações diversificadas de contra-insurgência. Por exemplo, o Banco Mundial financiou projetos sociais (PRODEPINE) contra as rebeliões indígenas da década de 1990 no Equador; e repetiria a mesma equação frente às rebeliões zapatistas no México (PRONASOL); na Bolívia, a USAID desenvolveria várias linhas de intervenção social após o levante indígena de outubro de 2003, em estreita ligação com a dinâmica de configuração da disputa de classes nesse país (buscando orientar os recursos naturais para o mercado mundial ou formatar os processos de auto-organização do movimento) (ZIBECCHI, 2006 e 2010); o BM também financiou na Argentina de final dos anos 90, um programa de assistência ao desemprego (PJJHD) que se expande frente ao crescimento de um movimento piquetero de dimensões nacionais (MARRO, 2009). No entanto, o caso do Haiti é talvez o que melhor retrata a presença de estratégias de contra-insurgência na abordagem das expressões da "questão social", por meio de agências internacionais de "cooperação", como o Banco Mundial, o FMI e a USAID – especialmente na área de alimentos, mas também em relação à assistência social, a saúde, a habitação. Trata-se de medidas que buscariam garantir o livre comércio para suas mercadorias agrícolas; a liberalização do mercado de terras (e acesso a florestas, minerais e água); e o acesso irrestrito a força de trabalho barata (ALMEIDA, 2016; BEZERRA, 2016). Através do financiamento de ONGs que se configuram como “arma alimentar” (LOUIS-JUSTE, 2009, *apud* ALMEIDA, 2016), se intensificam ações de enfrentamento da miséria ao calor dos levantes populares, para suavizar os saques dos recursos naturais, a superexploração da força de trabalho, a perda da soberania alimentar. Não é por casualidade que as chamadas *campanhas humanitárias* financiadas por estas mesmas entidades e atreladas a estratégias de desestabilização social na Venezuela acontecem no país que concentra uma das maiores reservas de petróleo do mundo.

Neste rápido apanhado não poderíamos deixar de mencionar o programa "Bolsa Família"; uma das principais referências de intervenção social do governo do PT no Brasil, considerado por diversos organismos como a ONU, a OIT, o BM. Sem intenção de subestimar a importância desta medida para o enfrentamento de situações de pobreza e extrema miséria dos trabalhadores brasileiros, é importante recuperar as leituras de intelectuais de movimentos sociais que coincidem em identificar este programa como um dos principais “amortecedores” do conflito social durante os governos do PT, estabelecendo relações, inclusive, com estratégias de desmobilização de trabalhadores (COGGIOLA, 2009; OLIVEIRA, BRAGA, RIZEK, 2010). Observando esses programas, ou mesmo, os projetos de *pacificação* das favelas cariocas para a instalação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP), é visível a mesma fórmula de enfrentamento das expressões da "questão social" com intervenção repressivo-militar, tendentes a garantir a *paz social* em cenários de crescente mobilização ou conflito social.

Embora tenhamos privilegiado a dimensão política desses programas – recursos nada desprezíveis para o exercício da dominação – não podemos ignorar sua relação com a produção contemporânea de uma massa de trabalhadores supérfluos para os quais inexistem mecanismos socioeconômicos mais sólidos de abordagem. Trata-se de um perfil de política social residual e de emergência (predominantemente assistencial) para tratar das consequências sociais do ajuste neoliberal, expressando a *construção* de uma "questão social" abordada em termos de *pobreza* ou *desemprego*, mas de forma desarticulada (mas funcional) das condições de exploração da força de trabalho. É um tipo de resposta social que, sendo incapaz de questionar as condições de emprego da força de trabalho, os níveis de salários ou os mecanismos de proteção social do trabalho, deve limitar-se à *administração* das expressões imediatas do desemprego e da pobreza, apoiando-se inclusive, no aprofundamento dos mecanismos de

militarização. A *luta contra a pobreza* nesta chave de contra-insurgência, alarga o fosso de desigualdade que diz atacar e funciona como uma artimanha para o apaziguamento de potenciais rebeliões que podem proliferar em cenários de tamanha desintegração social.

É possível observar algumas exceções importantes em matéria de seguridade social na região: por exemplo, a expansão do caráter público e universal da previdência social na Argentina durante o governo Kirchner; a expansão das Missões venezuelanas ou as iniciativas do governo boliviano de Evo Morales, sem subestimarmos a já mencionada contradição da prevalência de economias baseadas no padrão primário-exportador que explica e produz as mesmas mazelas sociais que essas políticas pretendem atacar.

AS RESISTÊNCIAS DOS DE BAIXO PARA INTERROGAR A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Trazemos agora o exemplo de algumas demandas profissionais recorrentes que, mesmo pautadas na lógica da contra-insurgência, vêm sendo problematizadas, a partir da análise e da relação com o movimento das classes subalternas, no sentido de disputar outros significados para a nossa intervenção profissional.

Um exemplo interessante da crescente associação entre a política de segurança pública e a política de assistência social, pode ser identificado na *Operação Verão* e no “*Plano Verão*”⁶ que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro em 2015. Preocupados pelos impactos na atuação profissional de uma *repressão envernizada por um discurso protetivo* (LIMA, 2016), um grupo de assistentes sociais se mobilizaram e organizaram junto ao CRESS-RJ – junto a outras entidades sociais, profissionais e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos –, para construir orientações técnicas frente às demandas de recolhimento compulsório (mesmo sem indício de negligência familiar ou prática de ato infracional), fiscalização de comportamentos e realização de visitas domiciliares obrigatórias. Estas ações foram fundamentais para garantir uma posição de autonomia e resguardar o exercício profissional de uma ação governamental que estava violando direitos e restringendo a mobilidade urbana de crianças e adolescentes; reproduzindo uma lógica coercitiva e higienista; instaurando uma dinâmica de militarização da política de assistência social e ferindo princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional. São iniciativas que, pela mediação da organização coletiva da categoria e em articulação com diversos movimentos sociais, abriram brechas para uma atuação profissional que questiona mandatos institucionais pautados na lógica da contrainsurgência (Cf. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2015a, 2015b, 2016).

⁶ Uma nota pública do CRESS-RJ de 10/10/15, elaborada a partir de uma reunião com assistentes sociais da Política de Assistência Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro descreve a *Operação Verão*: “Depois de ações denominadas ‘arrastões’ na orla da cidade do Rio de Janeiro no mês de setembro, o Governo do Estado e a Prefeitura do RJ se unem a fim de dar respostas [acerca] do que os governos estariam fazendo para coibir tais ações. Assim, no fim do mês de setembro, iniciam-se ações nas quais Policiais Militares abordavam e recolhiam compulsoriamente crianças e adolescentes negros e pobres em transportes coletivos, oriundos do subúrbio, favelas e bairros pobres da região metropolitana do Estado (em especial, Jacarezinho, Mangueiras, Maré, Alemão, Mangueira e baixada Fluminense) e que seguiam em direção às praias da zona sul” (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2015b). Já o *Plano Verão* foi uma ação criada por essa Secretaria Municipal que mobilizou de forma compulsória assistentes sociais e outros profissionais (educadores, psicólogos, pedagogos) para trabalharem aos finais de semana em tendas montadas nas praias ao lado da PM e da GM com intuito de atender e encaminhar crianças e adolescentes recolhidos pelas forças de segurança nas ruas e nos ônibus, para centros de recepção, com vistas à reinserção familiar ou acolhimento institucional (LIMA, 2016).

Também é possível verificar, nos últimos anos, o crescimento de demandas relacionadas com conflitos por moradia decorrentes de processos de desalojamento compulsório provocadas por intervenções do poder público ou empresas privadas, como obras viárias, operações urbanas (como a Operação Verão), obras de saneamento ou ambientais, no âmbito dos já mencionados projetos de reorganização territorial, funcionais às necessidades do extrativismo mineiro-petroleiro⁷. Não foram poucos os movimentos populares que denunciaram, sobretudo no contexto das obras da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, a associação do trabalho do Assistente Social a ações autoritárias de marcação de casas a serem derrubadas; de coleta de dados negligenciando informações sobre despejos; de pressão e perseguição de trabalhadores que resistiam a aceitar indenizações que não se correspondem com o tamanho do prejuízo⁸. Por sua vez, Assistentes Sociais contratados por empresas que lucram com a exploração de recursos naturais reconhecem que, em muitas oportunidades, a sua ação é requisitada para *apaziguar* a população frente aos impactos sociais e ambientais provocados por essas obras. Assistentes Sociais são requisitados para abordar e silenciar as arestas conflitivas de intensos processos de desorganização da vida social e das atividades produtivas; o crescente desemprego; os fluxos migratórios; a violência contra as mulheres que cresce em obras que mobilizam contingentes monumentais de trabalhadores homens em condições de superexploração⁹; a sobrecarga da rede de serviços; a desapropriação de terras e o deslocamento da população; o aumento do empobrecimento; o crescimento de doenças variadas em áreas inundadas (NUNES, 2013).

Felizmente, também não são poucos os Assistentes Sociais que vem problematizando essas requisições profissionais; participaram dos Comitês Populares da Copa na época; ou integram fóruns e movimentos sociais que denunciam e resistem às violações de direitos em remoções e despejos ou desastres ambientais que são produto do padrão de desenvolvimento em curso. Nessa direção, resgatamos as ações realizadas pelas nossas entidades denunciando a violação do direito à moradia e à cidade, no sentido de orientar os Assistentes Sociais sobre aspectos tais como¹⁰: a) a necessidade de mostrar o compromisso da profissão na defesa desses direitos; b) a responsabilidade profissional na socialização de informações junto à população acerca dos

⁷ Lembremos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementadas pelo governo do PT ou os vínculos com investimentos externos relacionados à IIRSA, incluindo a presença de financiamento público por meio do BNDES (KATZ, 2016). Não é por casualidade que nas obras do PAC em 2011, assistimos conflitos e mobilizações que envolveram a cifra nada insignificante de 170.000 trabalhadores precários (ANTUNES; BRAGA, 2014).

⁸ O CRESS-RJ participou de diversas ações de organização junto às comunidades atingidas em articulação com fóruns e movimentos sociais, tendo ouvido denúncias (que não foram efetivamente comprovadas) de participação de Assistentes Sociais no desalojamento compulsório de populações na Vila Harmonia e na Vila Autódromo (Cf. Revista Práxis nº 62, 2011 CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011). Por outro lado, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) relata ter conhecimento da pressão que o corpo de Assistentes Sociais das empresas exercem, sobretudo sobre as mulheres, para que as famílias aceitem as indenizações propostas, reproduzindo práticas de coação e intimidação, ou ameaçando sobre os supostos riscos de perde-lo tudo ao não aceitar essas indenizações (entrevista a liderança do MAB em 2015, CRUZ, 2016).

⁹ Não é casualidade que estas obras que mobilizam um contingente monumental de trabalhadores, em condições de superexploração, coincidam com cenários de crescimento vertiginoso da violência contra as mulheres (denunciados pelo MAB) (CRUZ, 2016).

¹⁰ Nos referimos ao CRESS-RJ e ao CRESS-SP, mas também ao próprio CFESS, que construíram núcleos, integraram fóruns e conselhos, organizaram eventos de discussão, construíram posicionamentos políticos e campanhas gráficas de denúncia e politização dessa realidade de mercantilização das cidades e destruição dos direitos dos trabalhadores junto a outras entidades profissionais, movimentos urbanos e outras organizações sociais. Cf. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (2011) e Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo ([20—]).

desdobramentos e direitos; c) a importância da participação real da população e da existência de acordo sobre o local e modo como se dará o reassentamento; d) a necessidade do Assistente Social ter acesso ao planejamento de todas as ações; e) a possibilidade do profissional ou a população realizar denúncias de qualquer irregularidade ou descumprimento de direitos no MPF ou na Defensoria Pública; f) o dever do poder público de brindar condições de acesso ao conjunto de políticas sociais e proteção especial para mulheres ou grupos em situação de vulnerabilidade; g) a necessidade de denunciar qualquer forma de violência ou intimidação no processo de remoção; h) a importância da parceria com movimentos sociais e outras entidades que combatem a violação desses direitos.

Não poderíamos deixar de mencionar também um conjunto de demandas profissionais que se relacionam com a redução da reforma agrária a uma política compensatória e dispersa de distribuição de assentamentos, preocupada muito mais pelo enfrentamento e apaziguamento dos conflitos agrários, do que pela construção de uma política de desenvolvimento e democratização da terra (SANTANA in ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014). No atual governo de Bolsonaro, estamos assistindo inclusive, à destruição de áreas de preservação e assentamentos produtivos consolidados e de longa data, além do preocupante desmonte de organismos de fiscalização ambiental e do próprio INCRA. Esta situação deve agravar as tendências em curso, que disponibiliza a população do campo para a superexploração em regimes temporários e sazonais ou em obras de infraestrutura urbana que enriquecem ao capital; ou até a manutenção de políticas públicas que cumpram a função de integrar as áreas da reforma agrária ao agronegócio: não apenas pela existência de créditos que fomentam a orientação da agricultura familiar para a monocultura e o uso de agrotóxicos (frente à ausência de políticas amplas que fomentem a pequena produção orgânica), mas também pela relação possível entre os programas de combate à pobreza e a expulsão/desapropriação dos trabalhadores do campo (CRUZ, 2016; GUEREÑA, 2016). Trata-se de questões que impactam diretamente na atuação profissional dos Assistentes Sociais.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Nesta conjuntura de negação da reforma agrária; de retração de direitos para camponeses e indígenas; de ampliação das fronteiras agropecuárias nas mãos do agronegócio e da indústria mineradora, é fundamental reforçarmos ações profissionais em articulação com assentamentos, acampamentos e outros territórios de organização dos segmentos subalternos: apoiando processos de autorganização em torno das suas condições de vida e de trabalho; problematizando o seu acesso ao conjunto de políticas sociais como trabalhadores ou produtores rurais (na sua dimensão coletiva e não apenas como *pobres* usuários individuais); tensionando os mecanismos clientelistas e de desmobilização da classe; apoiando práticas de soberania alimentar que têm impactos essenciais no meio ambiente e na saúde da população do campo ou experiências de autoconstrução de moradias populares na contramão da mercantilização das cidades; denunciando e decifrando as relações entre o modelo extrativista e o conjunto de desigualdades sociais com as que trabalhamos.

Entendemos que em face do crescimento das demandas profissionais em que se destacam os mandatos de apaziguamento e desarticulação da organização dos subalternos, *as lutas sociais se constituem como referências fundamentais para a reflexão e o exercício profissional do Serviço Social*; elas são parte dos fundamentos da "questão social" contemporânea, porque apontam, também, as características conflitivas e de resistência com as quais se manifestam o conjunto de desigualdades que demandam nossa atuação profissional.

REFERENCIAS

ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ALMEIDA, Luiz Paulo de. **Ajudas alimentares no Haiti e os desafios dos Movimentos Camponeses na busca por soberania alimentar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe)- Programa de Pós-graduação TerritoriAL, IPPRI, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016. (mimeo).

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013 (p.41-47). **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, n. esp., 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2694/718> . Acesso em: 10 mar. 2016.

BEHRING, Elaine. Fundo público: um debate estratégico e necessário. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto, 2016. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016.

BEHRING, Elaine. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEZERRA, Livia Morena Brantes. **A cooperação internacional na agricultura haitiana: um Konbit para o desenvolvimento territorial**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe)- Programa de Pós-graduação TerritoriAL, IPPRI, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016. (mimeo).

CASTELO, Rodrigo. Crise conjuntural e (re)militarização da “questão social” brasileira. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 23, 2014.

CASTELO, Rodrigo. As encruzilhadas da América Latina no século XXI: Gramsci e a crise orgânica em Nuestra América. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL ECONOMIA POLÍTICA Y DERECHOS HUMANOS, 6., 2010, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, sep. 2010.

CECEÑA, Ana Ester. La dominación de espectro completo sobre América. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**, Brasília (DF): UnB, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298427268_La_dominacion_de_espectro_completo_sobre_America. Acesso em: 22 jun. 2020.

CECEÑA, Ana Ester. Los paradigmas de la militarización en América Latina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 19, p. 57-65, 2007.

CECEÑA, Ana Ester. Militarización y resistencia. **OSAL**, Buenos Aires: Clacso, año V, n. 15, sep./dic. 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. **Fome, capitalismo e programas sociais compensatórios: histórico e análise comparada da experiência brasileira**, 2009, mimeo.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Manifesto de Belo Horizonte. 5º In: ENCONTRO DE NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5., Belo Horizonte, 2015. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Conselho Federal de Serviço Social, 21 nov. 2015. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/ManifestodeBeloHorizonte2015.pdf. Acesso em: 20 ago. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Rio de Janeiro). Cronologia das ações do CRESS/RJ, da Operação Verão e o Plano Verão. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social, mar. 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/destaques/cronologia-das-acoes-do-cress-operacao-e-plano-verao/>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Rio de Janeiro). **Nota pública do CRESS-RJ sobre os recentes acontecimentos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social, 23 set. 2015a. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/destaques/rio-de-janeiro-nota-publica-do-cress-rj-sobre-os-recentes-acontecimentos-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Rio de Janeiro). Assistentes Sociais dizem não à participação no “Plano Verão”. **Recomendações às assistentes sociais da proteção social especial de média e alta complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro diante do Plano Verão/SUBPSE/SMDS**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social, 10 out. 2015b. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/destaques/cress-rj-orienta-a-categoria-diante-o-plano-verao/>. Acesso em: 26 ago. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Rio de Janeiro). Despejos e Remoções. **Práxis**, n. 62, nov./dez. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (São Paulo). **Carta aberta aos assistentes sociais**. Como garantir os princípios do nosso Código de ética, no cotidiano profissional, principalmente em situações de despejos forçados. CFESS, [20--]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Carta-Aberta-aos-Assistentes-Sociais.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CRUZ, Suenya Santos da. **A luta dos movimentos camponeses em face dos projetos de desenvolvimento no território fluminense no século XXI**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GUEREÑA, Arantxa. **Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina**. Oxford: OXFAM, 2016. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1485.pdf . Acesso em: 20 abr. 2017.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Dossiê nº 17: Venezuela e as guerras híbridas na América Latina**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/dossie-17-venezuela-e-as-guerras-hibridas-na-america-latina/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

LIMA, Rodrigo. Convivência familiar e comunitária para que e para quem? In: FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP). **Direitos Humanos de crianças e adolescentes: coletâneas de textos e estudos acadêmicos**. Projeto Rio 2016: Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: CEDECA; Viva Rio; ISCOS Pimente; FNP, 2016.

MARRO, Katia. **A rebelião dos que “sobram”**: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOTA, Ana Elizabeth. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabeth. (Org.). **O mito da Assistência Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, Leticia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **Revista Topoi**, v. 11, n. 21, p. 260-282, jul./dez. 2010.

SEOANE, José. Ofensiva neoliberal y resistencias populares: una contribución al debate colectivo sobre el presente y el futuro de los proyectos emancipatorios en Nuestra América. **Revista Debates Urgentes**, n. 4, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/trinidadmelehelguera/docs/dubeta3>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ZIBECHI, Raúl. **Política y miseria: una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas**. Buenos Aires: La Vaca editora, 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Dispersar el poder: los movimientos como poderes no estatales**. Buenos Aires, Tinta Limón, 2006.

Katia Iris Marro

Graduada em Serviço Social pela Universidade Nacional de Rosario - Argentina (2001). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é professora Associada II do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus Universitário Rio das Ostras e pesquisadora do *Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Serviço Social, trabalho e processos sociais contemporâneos*. Integra o corpo docente do Curso de Especialização em Movimentos Sociais do NEPP-DH da UFRJ. Desde 2004 participa de projetos de extensão em parceria com movimentos sociais do Brasil e de América Latina. Integrou a coordenação do GTP da ABEPSS Serviço Social e Movimentos Sociais nas gestões 2013-2014 e 2015-2016.
